



**CIMCERO - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA**

CNPJ nº. 02.049.227/0001-57

R. Padre Adolfo Rhol, nº. 1346, Bairro Casa Preta, Ji-Paraná - RO, CEP 76.907-554  
contato (69) 3423-0401 / e-mail: protocolo@cimcero.ro.gov.br / site: <https://cimcero.ro.gov.br>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº. 016/CIMCERO/SRP/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/CIMCERO/2024.**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-278/CIMCERO/2024.**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

De um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DE RONDÔNIA CIMCERO**, pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 02.049.227/0001-57, situado na Rua Padre Adolfo Rhol, 1346, Bairro Casa Preta, Ji-Paraná RO, neste ato representado pelo senhor João Bosco De Araújo, Superintendente de Licitação do CIMCERO doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e de outro lado as Empresas abaixo qualificadas em ordem de preferência por classificação, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.462/2023, Resolução Nº 001/2024/CIMCERO e Portaria Nº 353/2024/CIMCERO e demais normas e regulamentos aplicáveis, ainda, em conformidade com as disposições do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº016/CIMCERO/2024, mediante as condições e cláusulas a seguir estabelecidas:

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes, bonés, chapéus, mochilas, bolsas e outros materiais personalizados, visando atender as demandas da Administração Pública direta e indireta dos municípios consorciados ao CIMCERO, por um período estimado de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas neste Termo de Referência e seus anexos, nos qual é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**EMPRESA-1: GHC UNIFORME PROFISSIOANIS LTDA/EIRELI, LC123: SIM, CNPJ Nº 10.242.466/0001-57 - Endereço: RUA EZEQUIEL RIBEIRO GUIMARÃES, Nº 338, VILA FRANCA - CEP: 36.150-000 - UF: MG - Município: RIO NOVO - Telefone: (32) 3274-1506 - (32) 99952-7999, E-MAIL: GHC@GHCUNIFORMES.COM.BR**

<b>COLETE PARA SECRETÁRIOS E DIRETORES MARCA PRÓPRIA</b>					
<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Und.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
0020	COLETE PARA SECRETÁRIOS E DIRETORES, MODELO UNISSEX, SEM MANGAS, CONFECCIONADO EM BRIM. NA COR CAQUI (SAFARI, BEGE ESCURO) RESISTENTE AO USO E ÀS LAVAGENS, CONSERVANDO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 2 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS, LOGOTIPO EM CORES QUE DEVERÁ SER IMPRESSO EM SERIGRAFIA. (P, M, G, GG, XG)	UND.	72	R\$ 84,80	R\$ 6.105,60

VALOR R\$ 6.105,60

EMPRESA-2: LHC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, LC123: SIM, CNPJ Nº 01.060.256/0001-57  
- Endereço: AVENIDA MARECHAL RONDON, Nº 311-B, BAIRRO: CENTRO - CEP: 76.900-027 - UF: RO -  
Município: JI-PARANÁ - Telefone: (69) 9.8494-0154, E-MAIL:  
GRAFICACENTERLICITACAO@HOTMAIL.COM

GUARDA-CHUVA MARCA PRÓPRIA					
Item	Especificação	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
0017	GUARDA-CHUVA PARA ACS E ACE, COM DIÂMETRO DE NO MÍNIMO 1 M, PERSONALIZADO COM SLOGAN DA ATENÇÃO BÁSICA/ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E DA PREFEITURA MUNICIPAL, POLIÉSTER, LISO, NA COR AZUL, ABERTURA MANUAL OU AUTOMÁTICA, CABO PLÁSTICO OU EMBORRACHADO, ARRAMES DE CONTORNO REFORÇADO, COM VELCRO NO FECHAMENTO.	UND.	447	R\$ 47,70	R\$ 21.321,90
<b>VALOR R\$ 21.321,90</b>					

EMPRESA-3: MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇÕES - EIRELI, CNPJ Nº30.577.619/0001-24  
- Endereço: RUA PRIMAVERA, Nº 80, BAIRRO: JARDIM DAS FLORES - CEP: 86.900-000 - UF: PR -  
Município: JANDAIA DO SUL - Telefone: (43) 3432-4912 / (69) 9.9962-0296, E-MAIL:  
LICITACOESME@GMAIL.COM

JALECO MANGA LONGA/CURTA, CALÇA, COLETE E BONÉ MARCA PRÓPRIA					
Item	Especificação	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
0007	JALECO MANGA LONGA PARA MÉDICOS, ENFERMEIROS, AUXILIARES E TÉCNICOS EM ENFERMAGEM, CIRURGIÃO DENTISTA E AUXILIARES OU TÉCNICOS EM HIGIENE DENTAL. TECIDO BRANCO, TIPO LONGO, MANGA COMPRIDA, 03 BOLSOS, GOLA NA FRENTE E NAS MANGAS COM LOGOTIPO BORDADO. (P, M, G, GG, XG).	UND.	1.198	R\$ 55,00	R\$ 65.890,00
0008	JALECO MANGA CURTA EM TECIDO OXFORD, COR BRANCA, TIPO LONGO, MANGA CURTA, 03 BOLSOS, GOLA, LOGOTIPOS SERIGRAFADOS. (P, M, G, GG, XG).	UND.	1.170	R\$ 50,01	R\$ 58.511,70
0009	CALÇA PARA ACS COM BOLSO E ELÁSTICO NO CÓS, 2 BOLSOS CHAPADOS NA FRENTE, 2 TRASEIROS, EM BRIM, TARJA REFLETIVA NAS PERNAS, COR AZUL MARINHO. (P, M, G, GG, XG).	UND.	590	R\$ 55,00	R\$ 32.450,00
0010	COLETE ACE, MODELO UNISSEX, SEM MANGAS, EM BRIM, COR CAQUI. RESISTENTE AO USO E LAVAGENS, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, 2 BOLSOS CHAPADOS, LOGOTIPO EM CORES SERIGRAFADAS. (P, M, G, GG, XG).	UND.	110	R\$ 65,00	R\$ 7.150,00
0011	COLETE ACS, MODELO UNISSEX, SEM MANGAS, EM BRIM, COR AZUL MARINHO. RESISTENTE AO USO E LAVAGENS, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, 2 BOLSOS CHAPADOS, LOGOTIPO EM CORES SERIGRAFADAS. (P, M, G, GG, XG).	UND.	650	R\$ 65,00	R\$ 42.250,00
0012	BONE PARA ACS, CONFECCIONADO EM BRIM NA COR AZUL MARINHO, COM COPA ENTRELAÇADA E REGULADOR TRASEIRO COM FIVELA EM METAL PARA AJUSTE DE TAMANHO. PERSONALIZAÇÃO DE LOGOTIPOS EM SERIGRAFIA (TIPO SILKSCREEN).	UND.	544	R\$ 12,00	R\$ 6.528,00
<b>VALOR R\$ 212.779,70</b>					

**EMPRESA-4: RR GROUP MATERIAIS PROMOCIONAIS LTDA, LC123: SIM, CNPJ Nº 50.912.234/0001-83**  
**- Endereço: AVENIDA FRANCISCO SILVEIRA BITENCOURT, Nº 305, SALA Nº 01, BAIRRO: SARANDI - CEP: 91.150-010 - UF: RS - Município: PORTO ALEGRE - Telefone: (51) 9.9194-8484 / (51) 9.9203-9744, E-MAIL: RRGROUP.LICITA@GMAIL.COM**

<b>GARRAFA/SQUEEZE MARCA PRÓPRIA</b>					
<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Und.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
0018	GARRAFA (SQUEEZE) PARA ACS E ACE, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 500 ML, TAMPA COM SISTEMA DE VEDAÇÃO DE BOA QUALIDADE NA COR AZUL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILKADA COM A LOGOMARCA DA ATENÇÃO BÁSICA/ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA FRENTE E ESCRITO PREFEITURA EM POLICROMIA NAS COSTAS. COR: BRANCA; TAMANHO ÚNICO.	UND.	448	R\$ 7,00	R\$ 3.136,00
<b>VALOR R\$ 3.136,00</b>					

**EMPRESA-5: SCLAN MALHAS LTDA-ME, LC123: SIM, CNPJ Nº 32.468.738/0001-74** - Endereço: RUA MERCEDES ISABEL CLEMASCO FABRIS, Nº 42, ANDAR 1º, BAIRRO: SÃO GERALDO - CEP: 29.314-650 - UF: ES - Município: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - Telefone: (28) 2101-8400 / (28) 9.9944-0852, E-MAIL: **ATENDIMENTO@SCLAN.COM.BR**

<b>CAMISETA, PIJAMAS, CHAPÉU, MOCHILA E BOLSA MARCA PRÓPRIA</b>					
<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Und.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
0001	CAMISETA MANGA LONGA PARA ACE, COM GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL (30 CM X 20 CM, ESTAMPA COLORIDA), INCLUSO SERVIÇO DE ARTE A SER APROVADO PELA CONTRATANTE. (P, M, G, GG, XG).	UND.	114	R\$ 26,00	R\$ 2.964,00
0002	CAMISETA MANGA LONGA PARA ACS, COM GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL (30 CM X 20 CM, ESTAMPA COLORIDA), INCLUSO SERVIÇO DE ARTE A SER APROVADO PELA CONTRATANTE. (P, M, G, GG, XG)	UND.	674	R\$ 26,00	R\$ 17.524,00
0003	CAMISETA MANGA CURTA PARA ACS, COM GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL (30 CM X 20 CM, ESTAMPA COLORIDA), INCLUSO SERVIÇO DE ARTE A SER APROVADO PELA CONTRATANTE. (P, M, G, GG, XG)	UND.	676	R\$ 19,00	R\$ 12.844,00
0004	CAMISETA MANGA CURTA PARA ACE, COM GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL (30 CM X 20 CM, ESTAMPA COLORIDA), INCLUSO SERVIÇO DE ARTE A SER APROVADO PELA CONTRATANTE. (P, M, G, GG, XG)	UND.	114	R\$ 19,00	R\$ 2.166,00

0005	CAMISETA MANGA CURTA PARA CAMPANHAS, COM GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL (30 CM X 20 CM, ESTAMPA COLORIDA), INCLUSO SERVIÇO DE ARTE A SER APROVADO PELA CONTRATANTE. (P, M, G, GG, XG)	UND.	8.984	R\$ 19,00	R\$ 170.696,00
0006	PIJAMAS CIRÚRGICOS PARA MÉDICOS, ENFERMEIROS, AUXILIARES E TÉCNICOS EM ENFERMAGEM, CIRURGIÃO DENTISTA E AUXILIARES OU TÉCNICOS EM HIGIENE DENTAL. CAMISA COM 02 BOLSOS FRONTAIS, MANGA CURTA, CALÇA CIRÚRGICA EM BRIM LEVE 100% ALGODÃO. COR VERDE OU AZUL MEDICINA.	UND.	1.216	R\$ 79,00	R\$ 96.064,00
0013	CHAPÉU SAFARI PARA ACS, NA COR AZUL MARINHO, CONFECCIONADO EM TECIDO FPU 50+, QUE EVITA 98% DOS RAIOS U.V. NAS LATERAIS, BOTÕES DE PRESSÃO QUE PERMITEM QUE AS ABAS FIQUEM SOLTAS OU PRESAS. ABAS DE 8 CM PROTEGENDO DO ROSTO. ABERTURAS COM TELA E ILHÓS QUE PERMITEM A VENTILAÇÃO. CORDAS ELÁSTICAS EXTERNAS REGULÁVEIS PARA O PESCOÇO IMPEDEM QUE O CHAPÉU VOE. COM LOGOTIPO EM SERIGRAFIA EM CORES (TIPO SILKSCREEN). (P, M, G, GG, XG).	UND.	582	R\$ 18,00	R\$ 10.476,00
0014	CHAPÉU SAFARI PARA ACE, NA COR AZUL MARINHO, CONFECCIONADO EM TECIDO FPU 50+, QUE EVITA 98% DOS RAIOS U.V. NAS LATERAIS, BOTÕES DE PRESSÃO QUE PERMITEM QUE AS ABAS FIQUEM SOLTAS OU PRESAS. ABAS DE 8 CM PROTEGENDO DO ROSTO. ABERTURAS COM TELA E ILHÓS QUE PERMITEM A VENTILAÇÃO. CORDAS ELÁSTICAS EXTERNAS REGULÁVEIS PARA O PESCOÇO IMPEDEM QUE O CHAPÉU VOE. COM LOGOTIPO EM SERIGRAFIA EM CORES (TIPO SILKSCREEN). (P, M, G, GG, XG).	UND.	104	R\$ 21,00	R\$ 2.184,00
0015	MOCHILA PARA ACS, COM 40 CM DE ALTURA POR 29 CM DE LARGURA E 12 CM DE PROFUNDIDADE, CONFECCIONADA EM NYLON RIP STOP, IMPERMEÁVEL, NA COR AZUL MARINHO OU PRETA, COM TIRAS DE COMPRESSÃO NAS LATERAIS, ALÇAS ANATÔMICAS, TIRA PEITORAL E COMPARTIMENTO ACOLCHADO PARA A REGIÃO DORSAL. DOIS COMPARTIMENTOS PRINCIPAIS E UM COMPARTIMENTO AUXILIAR, ALÉM DE BOLSOS LATERAIS EM TELA PARA CARREGAR GARRAFA DE ÁGUA. TECIDO REVESTIDO INTERNAMENTE COM POLIURETANO, RESISTENTE À ÁGUA. COM PERSONALIZAÇÃO DE LOGOTIPOS EM CORES (TIPO SILKSCREEN). LOGOTIPOS: SAÚDE DA FAMÍLIA, SUS, BRASÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO CONTRATANTE	UND.	375	R\$ 95,00	R\$ 35.625,00
0016	BOLSA DE LONA PADRÃO PARA ACE, BOLSA CONFECCIONADA PADRÃO FUNASA,	UND.	71	R\$ 100,00	R\$ 7.100,00

	<p>IMPERMEÁVEL, EM TECIDO DE LONA Nº 10, 100% NA COR AZUL MARINHO OU PRETA, A TIRACOLO REGULÁVEL NA ALTURA. DIMENSÕES DE 64 CM DE ALTURA COM A ABA ABERTA, 31 CM COM A ABA FECHADA, 20 CM DE FUNDO, COM FOLES LATERAIS, 04 DIVISÕES INTERNAS, COSTURAS COM REFORÇO - ABA DO TECIDO VOLTADA PARA O INTERIOR DA COSTURA, SEM APRESENTAR CONTINUIDADE, PLANAS PARA EVITAR ENRUGAMENTO, DEBRUADAS COM CADARÇO EM POLIPROPILENO E DE CANTOS ARREDONDADOS. ABA DE FECHAMENTO: FORMADA POR PROLONGAMENTO DA PARTE SUPERIOR COM DOBRAS EM CADARÇO POLIPROPILENO, LARGURA DE 50 MM. BOLSO INTERNO SEM LAPELA, COM ALTURA DE 44 CM E 25 MM DE FUNDO. LOCALIZADO NA ABA SUPERIOR DA BOLSA, SOB A ABA DE FECHAMENTO. ALÇA DA BOLSA COM CADARÇO EM POLIPROPILENO E REGULAGEM ATRAVÉS DOS PASSADORES EM FERRO CROMADO E FIXADA À BOLSA COM COSTURAS EM X, COM OMBREIRAS EM NYLON PRETO, COMPOSTAS AINDA DE 04 DIVISÓRIAS E DUAS BOLSAS SANFONADAS EM CADA LATERAL PARA COMPORTAR DOSADORES. BOLSA COM VISOR P</p>				
0019	<p>CAMISA GOLA POLO MANGA CURTA PARA ADMINISTRATIVOS EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM DE ALTURA X 20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA), INCLUSO SERVIÇO DE ARTE A SER APROVADO PELA CONTRATANTE. (P, M, G, GG, XG).</p>	UND.	508	R\$ 39,00	R\$ 19.812,00
<b>VALOR R\$ 377.455,00</b>					

**VALOR TOTAL R\$ 620.798,20**

**(seiscentos e vinte mil e setecentos e noventa e oito reais e vinte centavos).**

### 3.ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste de Rondônia CIMCERO.

3.2 Municípios participantes deste registro de preços são: **Cabixi, Guajará-mirim, Parecis, Teixeiraópolis, Cacaulândia, Colorado DOeste, Campo Novo de Rondônia, Alto Paraíso e Costa Marques, sendo todos eles pertencentes ao Estado de Rondônia**, municípios consorciados ao CIMCERO.

### 4.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de

vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. A prestação dos serviços ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação à acréscimo de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação no diário oficial dos municípios de Rondônia -AROM, podendo ser prorrogada por igual período, desde que atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021 e art. 14, § 1º da Portaria nº 0353/2024.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.3 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. Homologado o resultado da licitação, a publicação da Ata de Registro de Preços na Imprensa Oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação, independentemente da assinatura do licitante, valendo como prazo de vigência da ata e sua possibilidade de prorrogação.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado informar que não irá cumprir com o descrito na ata de registro de preços, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de oscilação superveniente, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, em pesquisa realizada na forma de ato normativo expedido pelo CIMCERO, por motivo superveniente, o Consórcio convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e Portaria nº 005/2024/CIMCERO.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. No caso de compra centralizada, em que não há indicação dos quantitativos a cada uma das entidades participantes, a distribuição ocorrerá por meio de remanejamento.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, em que o CIMCERO figurar como único contratante e os municípios consorciados como meros interessados, a distribuição da quantidade registrada ocorrerá conforme a demanda.

## **9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo CIMCERO, observado o devido processo legal, quando o fornecedor:

I) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

II) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 1º do art. 17 da Portaria nº 005/2024/CIMCERO;

IV) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

11.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital no caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços - ARP: o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 014/CIMCERO/2024 e seus anexos bem como a Proposta de Preços da Contratada.

11.4 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Ji-Paraná/RO,

Ji-Paraná-RO, na data de assinatura.

(assinado eletronicamente)  
**JOÃO BOSCO DE ARAÚJO**  
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÃO  
Órgão Gerenciador/Contratante



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO BOSCO DE ARAÚJO, SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÃO**, em 16/12/2024 às 09:09, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 18 da [Resolução nº 001 de 07/01/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.consorciopublico.ro.gov.br](https://transparencia.consorciopublico.ro.gov.br), informando o ID **65146** e o código verificador **8B559FF7**.

Referência: [Processo nº 1-278/2024](#).

Docto ID: 65146 v1